

Salvador, 27 de Setembro de 2011.

Of. AABA XX/2011
Exmo. Sr. Ueliton Oliveira Coelho
Prefeito Municipal de Araçás

Ao Prefeito Municipal de Araçás,

A ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA BAHIA – AABA, associação de caráter científico, técnico, profissional e cultural, sem fins lucrativos e representante da comunidade arquivística baiana solicita que V. Exa. interfira na realização do Concurso Público realizado por esta honrada Prefeitura, denominado Edital nº 01/2011, por entender que o nível de escolaridade exigido para exercer a função de Arquivista e a remuneração proposta para o referido cargo, não atendem aos requisitos da Lei nº. 6.546 de 04 de julho de 1978 e, conseqüentemente, o referido edital passa a estar em desacordo com a legislação brasileira vigente.

A profissão Arquivista tem regulamentação específica, instituída por Lei e Decreto Federal, sendo assim impropriedade, a contratação de profissionais fora dos critérios determinados pela Lei. A profissão é regulamentada no Brasil pela Lei nº. 6.546 de 04 de julho de 1978 que dispõe sobre as atividades exercidas por este profissional e pelo Decreto nº. 82.590, de 06 de novembro de 1978, que regulamenta a Lei 6.546. Os arquivistas obtêm seu registro profissional através da SRTE – Secretaria Regional do Trabalho e Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego nos respectivos locais de atuação.

Os requisitos mínimos para que um cidadão seja Técnico de Arquivo ou Arquivista estão apontados na Lei e Decreto acima informados. A legislação e edital do concurso em questão encontram-se em anexo a este ofício.

O Edital da Prefeitura de Araçás traz como requisito para investidura no cargo de Arquivista, a seguinte exigência:

Nível de Escolaridade: **Nível Médio**. (Grifo nosso).

Ao exigir do candidato apenas o nível médio como requisito mínimo para investidura no cargo e poder exercer as atividades inerentes ao profissional Arquivista, o presente edital passa a destoar da legislação em vigor.

A Lei 6.546, em seu artigo 1º, deixa perfeitamente explicitado a quem é permitido exercer a profissão de arquivista e de técnico de arquivo:

I - aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da lei;

II - aos diplomados no exterior por cursos superiores de Arquivologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil na forma da lei;

III - aos Técnicos de Arquivo portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau;

IV - aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, na data de início da vigência desta Lei, nos campos profissionais da Arquivologia ou da Técnica de Arquivo;

V - aos portadores de certificado de conclusão de curso de 2º grau que recebam treinamento específico em técnicas de arquivo em curso ministrado por entidades credenciadas pelo Conselho Federal de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, com carga horária mínima de 1.110 hs. nas disciplinas específicas. (Grifo Nosso)

Cabe ao bacharel em Arquivologia o planejamento, implantação, organização e direção dos arquivos e sistemas de informação arquivísticas. O profissional deve conduzir a gestão de documentos, o acompanhamento do processo documental e informativo, a identificação das espécies e tipologias documentais, o planejamento para o tratamento de novos documentos e o controle de meios de reprodução. Faz parte do perfil do Bacharel, o domínio e o acompanhamento da evolução das tecnologias da informação, com vistas à implementação de sistemas de informações arquivísticas.

Atualmente a Arquivologia conta com mais de 10 cursos regulares de nível superior e vários cursos de pós-graduação por todo o país. Na Bahia, o curso de nível superior em Arquivologia é oferecido pela UFBA através do Instituto de Ciência da Informação desde 1998. Não temos conhecimento de cursos para formação de Técnicos de Arquivo no Estado que atenda às exigências constantes da lei. Portanto, encontrar profissionais com a formação em técnico de arquivo no estado, e diríamos inclusive no Brasil, é algo difícil.

A Associação dos Arquivistas da Bahia está permanentemente em contato com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Estado da Bahia denunciando e apontando irregularidades.

Portanto, recomenda-se que a Prefeitura do Município de Araçás altere o edital em questão, de preferência retirando a exigência de nível médio para investidura no cargo e inserindo a exigência de nível superior em Arquivologia em seu respectivo edital.

Agradecemos antecipadamente a atenção disponibilizada, aproveitando para manifestar sinceros votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Ricardo Sodré Andrade
Presidente da AABA
Associação dos Arquivistas da Bahia